

9E0FD28B-e

Veto Total nº 173/22

Recebido, Autue-se e Inclua em pauta.

16 AGO 2022

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

16 AGO 2022

Protocolo: 175/22

Processo: 175/22

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

MENSAGEM Nº 135, DE 11 DE JULHO DE 2022

Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 130
Disponibilização: 12/07/2022
Publicação: 11/07/2022

AO EXPEDIENTE

02/08/22

Presidente

1º Secretário

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

02 AGO 2022

Elinilde

Servidor(nome legível)

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que votei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa Ilustre Assembleia Legislativa, o qual "Institui a Política Estadual para os Hospitais de Pequeno Porte no Estado de Rondônia.", encaminhado a este Executivo por intermédio da Mensagem nº 192, de 15 de junho de 2022.

Senhores Parlamentares, o Autógrafo de Lei nº 1423, de 15 de junho de 2022, em síntese, visa instituir Política Estadual para os Hospitais de Pequeno Porte, utilizando um modelo de organização e financiamento que estimule a inserção de Hospitais de Pequeno Porte - HPPs na rede hierarquizada de atenção à saúde, podendo ser aderido, de forma voluntária, por municípios que atendam critérios estabelecidos no artigo 2º do referido Autógrafo. **Todavia, vejo-me compelido a vetar totalmente o supramencionado texto constante no projeto de lei, pois viola a Constituição do Estado, ao adentrar na competência legislativa dos Chefes do Poder Executivo Estadual.**

A **priori**, deve-se destacar que a proposta de lei em comento estabelece procedimentos e cria atribuições a serem seguidas pelo Poder Executivo, as quais deveriam se tratadas em projeto normativo de autoria do referido Poder Executivo, e não do Poder Legislativo, uma vez que o presente autógrafo, visa estabelecer procedimentos, interferindo, assim, nas atribuições legais da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, infringindo a alínea "d" do inciso II do § 1º do artigo 39 e o inciso VII do artigo 65, ambos da Carta Estadual.

Esclareço aos Senhores que a inconstitucionalidade formal subjetiva encontra-se evidenciada no inciso V e no parágrafo único do artigo 3º e no inciso VI do artigo 4º, todos do supramencionado Autógrafo de Lei, mas torna-se necessária a aposição de veto por arrastamento em todos os demais artigos, considerando que sua manutenção acabaria por causar prejuízo incontornável à compreensão do texto legal.

Ademais, insta mencionar que o Poder Legislativo, no exercício de sua função essencial, não pode criar atribuições ao Poder Executivo, o que importaria em invasão indevida de um Poder em outro, violando, assim, o princípio da separação dos poderes.

Destarte, averigua-se que o Autógrafo em questão **padece de inconstitucionalidade formal orgânica, uma vez que a proposição invade competência privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual e viola a separação dos poderes.**

Certos de ser honrado com a elevada compreensão de Vossa Excelência e, consequentemente, com a pronta manutenção deste **Veto Total**, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador



Documento assinado eletronicamente por Marcos José Rocha dos Santos, Governador, em 11/07/2022, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](http://portal.do.sei), informando o código verificador 0030163812 e o código CRC 3AFB6146.